NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO 2011 E 2010 - (Em milhares de Reais) - 1.CONTEXTO OPERACIONAL - A Agropecuária Rio Uruará S.A. ("Companhia") é uma Sociedade Anônima, fundada em 29 de agosto de 1998, que tem como atividade preponderante a exploração da atividade de Pecuária de Corte, nas fases de cria, recria e engorda de gado de corte. A Companhia tem sede instalada na fazenda Uruará, na Rodovia Transamazônica de Altamira para Uruará no quilômetro 140 à direita, no Município de Uruará, estado do Pará. Por meio da Resolução CONDEL/SUDAM N°8.837 a Companhia teve seu "Projeto de Empreendimento" aprovado pela SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, e passou a receber recursos financeiros do FINAN – Fundo de Investimentos da Amazônia para auxiliar o desenvolvimento e implementação de suas atividades na região. Os recursos ora mencionados foram captados entre os anos de 1998 e 2000 mediante a emissão de Debentures Conversíveis em Ações e Inconversíveis, para subscrição pelo Fundo de Investimento da Amazônia – FINAM. Maiores detalhes sobre as referidas debêntures estão contidos na nota explicativa n°11. Em 02 de maio de 2008 a Companhia recebeu do Ministério da Integração Nacional o CERTIFICADO DE EMPREENDIMENTO IMPLANTADO, atestando o início de sua operação e a regularidade da aplicação dos recursos captados. 2.BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelo pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovadas por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e por normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Reapresentação das demonstrações financeiras - Em 10 de novembro de 2012, a Companhia tornou pública suas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, as quais não consideraram os efeitos decorrentes das mudanças ocorridas nas práticas contábeis adotadas no Brasil. A administração optou por fazer a reapresentação espontânea de suas demonstrações financeiras visando a adequação de seus registros contábeis às novas práticas contábeis. Os saldos das contas afetadas pela reapresentação espontânea em 31 de dezembro de 2011 estão demonstradas a seguir:

	Leg.	(Publicado)	(Reapresentado)
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	(a)	3.077	-
Estoques	(a)	1.931	2.706
Impostos a recuperar	(b)	139	-
Partes relacionadas	(a)	-	1.646
Imobilizado	(a) (b)	7.542	36.372
Diferido	(d)	14.816	-
Passivo			
Obrigações trabalhistas	(c)	70	171
Obrigações tributárias	(b)	-	3.163
Empréstimos acionistas	(a)	898	-
Adiantamento de clientes	(c)	2.021	-
Patrimônio líquido	(b) (c) (d)	**(5.105)**	**7.769**
Resultado			
Receita líquida	(a) (b) (c)	2.818	3.701
Receitas técnicas	(a)	851	-
Despesas com máquinas e equipamentos	(a)	(2.061)	-
Despesas gerais e administrativas	(a) (b)	(3.019)	(1.138)
Receitas financeiras	(a) (c)	-	1.616

Legendas
(a)- Reclassificação para melhor apresentação dos saldos contábeis
(b)- Ajuste com efeito de redução no resultado do exercício e no patrimônio líquido
(c)- Ajuste com efeito de aumento no resultado do exercício e no patrimônio líquido
(d)- Efeitos da adoção inicial da lei 11.638/07.

1.RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS - 3.1.BASE DE MENSURAÇÃO - As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. 3.2.MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO - A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir sua moeda funcional, a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 3.3.USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS - A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as normas do IFRS e as normas do CPC, exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisitadas e em quaisquer períodos futuros afetados. 3.4.APURAÇÃO DO RESULTADO - O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. A receita de venda de produtos é reconhecida quando seu valor for mensurável de forma confiável e todos os riscos e benefícios foram transferidos para o comprador. 3.5.CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósito bancário e aplicações financeiras de liquidez imediata. 3.6.INSTRUMENTOS FINANCEIROS - Conforme Ofício Circular da CVM 03/2009, os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados nas seguintes categorias: Ativos financeiros não derivativos - Mensurado ao valor justo por meio do resultado: ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo, e derivativos. São contabilizadas no resultado as variações de valor justo e os saldos são demonstrados ao valor justo. - Mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São contabilizados no resultado os rendimentos auferidos e os saldos são demonstrados ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos. - Disponíveis para venda: ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não foram classificados em outras categorias. São contabilizados no resultado os rendimentos auferidos. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são realizados para o resultado caso ocorra sua liquidação antecipada. - Empréstimos e recebíveis: instrumentos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercados ativos, exceto: (i) aqueles que a Companhia tem intenção de vender imediatamente ou no curto prazo, e os que a Companhia classifica como mensurados a valor justo por meio do resultado; (ii) os classificados como disponíveis para venda; ou (iii) aqueles cujo detentor pode não recuperar substancialmente seu investimento inicial por outra razão que não a de deterioração do crédito. São contabilizados no resultado os rendimentos auferidos e os saldos são demonstrados ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos. Passivos financeiros não derivativos - A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. A Companhia têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: mútuos com partes relacionadas, fornecedores e debêntures a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Instrumentos financeiros derivativos - A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos - Instrumentos financeiros e atividades de hedge - A Companhia não realiza operações que demandem o uso de derivativos com o objetivo de proteção, nem há aplicação de hedge (hedge accounting). 3.7. ESTOQUES - Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, ajustados ao valor de mercado e pelas eventuais perdas, quando aplicável. Inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. 3.8. ATIVOS BIOLÓGICOS - Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. As atividades agrícolas, tais como, aumento de rebanho (operações de confinamento de gado ou gado a pasto), e cultivos de agriculturas diversas estão sujeitas a realizar a valorização de seus ativos, a fim de se determinar o valor justo dos mesmos, baseando-se no conceito de valor a mercado "Mark to market - MtM". - 3.9. IMOBILIZADO - Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil líquido do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado. Custo atribuído (Deemed cost) - Conforme facultado pelo Pronunciamento Técnico 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, e baseado na interpretação técnica ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado emitidos pelo CPC, a Companhia optou por reavaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (deemed cost) durante a adoção inicial dos referidos pronunciamentos contábeis. Dessa forma, os grupos de: "Pastagens formadas", "Construções e benfeitorias não reprodutivas" e "terras", são demonstrados pelo custo de aquisição acrescido da mais valia resultado do custo atribuído (deemed cost), com base em avaliações efetuadas por avaliadores independentes, deduzida a subseqüente depreciação, exceto para "terras". As demais classes de bens, permanecem sendo registradas com base no custo histórico de aquisição ou construção. Depreciação - Os itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativos estão descritas na nota explicativa n°7. 3.10. REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL - Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Companhia não identificou nenhum ativo com redução no seu valor recuperável. 3.11. DEBENTURES A PAGAR - São inicialmente reconhecidas, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"). 3.12.OUTROS ATIVOS E PASSIVOS (CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES) - Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas, e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável,

Imprensa Oficial do Estado
Secretaria Especial de Estado de Gestão
GOVERNO DO PARÁ
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE